

**Inflação em maio é a menor dos últimos 22 anos**

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), indicador oficial da inflação no Brasil, registrou deflação de 0,38% em maio conforme informações divulgadas hoje pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Este resultado, que corresponde a menor variação desde agosto de 1998 (-0,51%), refletiu a queda de 4,56% nos preços dos combustíveis. Ressalta-se que em abril o referido indicador também registrou deflação (-0,31%). Assim, o IPCA acumulou queda de 0,16% nos primeiros cinco meses do ano e alta de 1,88% nos últimos 12 meses.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Vale lembrar que o centro da meta inflacionária para 2020 é 4%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Como o IPCA acumulou, nos últimos 12 meses, incremento de 1,88% observa-se que ele está abaixo do piso da meta para esse ano (2,5%).



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE  
 (\*) IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (Período de coleta em geral: 01 a 30 do mês de referência).

Dos nove grupos de produtos e serviços que são pesquisados pelo IBGE, em maio cinco registraram deflação: Habitação (-0,25%), Vestuário (-0,58%), Transportes (-1,90%), Saúde e Cuidados Especiais (-0,10%) e Despesas Pessoais (-0,04%). A queda registrada pelo grupo Transportes (-1,90%) sofreu influência dos preços dos combustíveis (-4,56%), com os recuos observados na gasolina (-4,35%), etanol (-5,96%), e óleo diesel (-6,44%). Neste mês as passagens aéreas apresentaram recuo de 27,14%. No grupo Habitação (-0,25%) a energia elétrica registrou redução de 0,58%. Já os grupos Alimentação e Bebidas (+0,24%), Artigos de Residência (+0,58%), Educação (+0,02%) e Comunicação (+0,24%) apresentaram elevação.

Ressalta-se que o IPCA, que é calculado e divulgado pelo IBGE desde 1980, abrange dez regiões metropolitanas do País, além dos municípios de Goiânia, Campo Grande, Rio Branco, São Luís, Aracaju e Brasília, ou seja, são 16 áreas pesquisadas. Todas elas, em maio, registraram deflação. Neste mês a Região Metropolitana de Belo Horizonte apresentou a menor variação (-0,60%) com queda dos preços da gasolina (-6,61%) e das passagens aéreas (-28,14%).

A análise da série histórica do IPCA permite verificar que o período janeiro a maio/20 registrou a menor variação, para este período, desde 1995. Ressalta-se que nestes últimos vinte e cinco anos o IPCA ainda não tinha registrado variação acumulada negativa no período de janeiro a maio.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

A pesquisa Focus realizada semanalmente pelo Banco Central estima que a inflação brasileira, medida pelo IPCA, encerrará 2020 em 1,53%. Para 2021 as perspectivas sinalizam alta de 3,10% para o referido indicador.

Nos dias 16 e 17/6 o Comitê de Política Monetária (Copom) realizará nova reunião. Os analistas aguardam mais redução na taxa Selic. Naturalmente este

cenário de inflação sob controle será considerado, assim como as projeções para o resultado da economia nacional.

Nesta semana foram divulgadas novas expectativas para o Produto Interno (PIB) em 2020. Além da pesquisa Focus, que passou a projetar retração de 6,48% para a economia brasileira e do Banco Mundial, que estimou recuo de 8%, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou projeção de queda de 7,4% para a economia nacional. Esta estimativa leva em consideração o cenário atual onde o País conseguirá avançar com o processo de flexibilização. Para esta instituição, caso aconteça uma segunda onda da pandemia provocada pela COVID-19 o Brasil poderá registrar contração de 9,1%. A OCDE espera retração de 6% para a economia mundial. Esta é a visão mais otimista, mas o recuo poderá chegar a -7,6% na estimativa mais pessimista. Conforme a OCDE a elaboração de dois cenários ocorreu em função da fraca perspectiva de uma vacina disponível mundialmente ainda esse ano e diante das incertezas sem precedentes. Assim, ela adotou um cenário no qual o COVID-19 será controlado e uma expectativa caso aconteça um segundo surto mundial da doença até o final de 2020. Conforme a OCDE a pandemia do COVID-19 é uma crise de saúde global sem precedentes e causou a recessão econômica mais profunda em quase um século, afetando a saúde, o emprego e o bem-estar dos cidadãos. Mas com ou sem um segundo surto as consequências para a economia global são graves.



Fonte: OCDE, Banco Central, Banco Mundial, IPEA e FMI.

Obs.: O valor da expectativa do Banco Central do Brasil, refere-se ao boletim Focus do dia 05/06/2020.

Outro dado divulgado esta semana demonstra o desempenho da atividade econômica no País. As estatísticas da Secretaria de Trabalho, da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, do Ministério da Economia, revelaram que, em maio, 960.258 trabalhadores apresentaram requerimento para o seguro-desemprego. Esse número corresponde a uma alta de 28,28% em relação ao mês de abril (748.540) e 52,96% em relação a igual mês do ano anterior (627.779 requerimentos). Estes números contribuem para demonstrar a difícil

situação do trabalho formal diante da crise instalada a partir da segunda quinzena de março.

Desagregando por grandes setores de atividade observa-se que os trabalhadores da Agropecuária foram responsáveis por 32.727 solicitações, da Construção Civil foram 78.773 pedidos, da Indústria 196.940, do Comércio 248.084 e dos Serviços 403.698. Estes dados demonstram que a Construção foi o segundo grande setor com o menor número de trabalhadores solicitando o seguro-desemprego em maio.

O número de requerimentos da Construção subiu 46,33% em maio em relação ao mês de abril e 30,75% em relação a igual mês do ano anterior. É importante ressaltar que em maio do ano passado o total de solicitações no País foi 627.779 sendo que o setor foi responsável por 9,6% deste número. Já em maio/20 o número geral de requerimentos foi de 960.258, e a participação da Construção foi de 8,2%.

## Quantidade de Requerimentos ao SD Formal por Grupamento de Atividade Econômica

Grupamento de Atividades Econômicas	Maio - 2019		Abril - 2020		Maio - 2020	
	Qtd.	Proporção (%)	Qtd.	Proporção (%)	Qtd.	Proporção (%)
<b>Total</b>	<b>627.779</b>	<b>100,0%</b>	<b>748.540</b>	<b>100,0%</b>	<b>960.258</b>	<b>100,0%</b>
<b>Agropecuária</b>	31.066	4,9%	27.377	3,7%	32.727	3,4%
<b>Indústria</b>	109.154	17,4%	148.905	19,9%	196.940	20,5%
Indústrias de transformação	103.758	16,5%	143.595	19,2%	189.820	19,8%
<b>Construção</b>	60.247	9,6%	53.833	7,2%	78.773	8,2%
<b>Comércio</b>	182.820	29,1%	207.161	27,7%	248.084	25,8%
<b>Serviços</b>	241.929	38,5%	311.236	41,6%	403.698	42,0%
Transporte, armazenagem e correio	36.541	5,8%	41.324	5,5%	59.318	6,2%
Alojamento e alimentação	44.376	7,1%	85.530	11,4%	111.165	11,6%
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	108.749	17,3%	122.492	16,4%	154.687	16,1%
Administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	34.066	5,4%	37.747	5,0%	48.806	5,1%
Serviços domésticos	78	2,9%	48	3,2%	82	3,1%
Outros serviços*	18.119	0,0%	24.095	0,0%	29.640	0,0%
<b>Ignorado</b>	2.563	0,4%	28	0,0%	36	0,0%

Fonte: BGSD/ ME.

Desagregando as informações é possível verificar que São Paulo foi responsável pelo maior número de solicitações: 281.360, seguido por Minas Gerais (103.329), Rio de Janeiro (82.584), Rio Grande do Sul (66.820) e Paraná (62.634). Estes cinco estados responderam, em maio, por 62,14% do total de pedidos em todo o País. Em São Paulo o número de requerimentos dos trabalhadores da Construção Civil, em maio, foi de 18.563 e, em Minas Gerais, 11.164.

**Quantidade de requerimentos ao seguro desemprego por estado**

Geográfico	Maio - 2019			Abril - 2020			Maio - 2020		
	Requerimentos Total	Requerimentos via Web	% de requerimentos via Web	Requerimentos Total	Requerimentos via Web	% de requerimentos via Web	Requerimentos Total	Requerimentos via Web	% de requerimentos via Web
<b>Brasil</b>	<b>627.779</b>	<b>8.597</b>	<b>1,4%</b>	<b>748.540</b>	<b>650.826</b>	<b>86,9%</b>	<b>960.258</b>	<b>734.353</b>	<b>76,5%</b>
Acre	1.516	0	0,0%	1.293	1.273	98,5%	1.372	1.335	97,3%
Alagoas	7.177	37	0,5%	5.687	5.376	94,5%	8.247	7.752	94,0%
Amapá	1.246	8	0,6%	918	870	94,8%	1.321	1.224	92,7%
Amazonas	6.769	60	0,9%	6.537	6.466	98,9%	10.111	9.588	94,8%
Bahia	28.927	180	0,6%	34.866	30.249	86,8%	48.076	38.122	79,3%
Ceará	20.058	176	0,9%	26.204	25.545	97,5%	32.934	30.502	92,6%
Distrito Federal	10.947	101	0,9%	14.522	12.568	86,5%	19.520	12.008	61,5%
Espírito Santo	11.966	250	2,1%	13.295	12.065	90,7%	18.160	15.657	86,2%
Goiás	23.365	88	0,4%	24.659	20.121	81,6%	32.325	14.469	44,8%
Maranhão	8.182	157	1,9%	7.268	6.313	86,9%	9.675	8.302	85,8%
Mato Grosso	12.908	81	0,6%	12.874	9.423	73,2%	16.708	9.852	59,0%
Mato Grosso do Sul	8.917	64	0,7%	10.746	5.182	48,2%	10.807	4.128	38,2%
Minas Gerais	69.530	2.298	3,3%	86.020	75.973	88,3%	103.329	83.366	80,7%
Pará	12.930	1.017	7,9%	12.071	10.510	87,1%	14.303	12.609	88,2%
Paraíba	6.202	31	0,5%	7.728	6.026	78,0%	10.514	6.952	66,1%
Paraná	41.205	1.149	2,8%	51.121	39.434	77,1%	62.634	34.624	55,3%
Pernambuco	21.339	177	0,8%	25.254	19.753	78,2%	31.838	22.085	69,4%
Piauí	4.833	145	3,0%	5.259	4.319	82,1%	7.071	5.882	83,2%
Rio de Janeiro	49.473	581	1,2%	58.946	57.637	97,8%	82.584	75.341	91,2%
Rio Grande do Norte	7.350	145	2,0%	8.711	8.357	95,9%	10.526	8.632	82,0%
Rio Grande do Sul	39.238	356	0,9%	53.056	44.972	84,8%	66.820	37.527	56,2%
Rondônia	4.781	32	0,7%	4.847	4.717	97,3%	5.788	5.506	95,1%
Roraima	1.073	7	0,7%	936	400	42,7%	1.099	501	45,6%
Santa Catarina	30.085	328	1,1%	45.577	29.923	65,7%	56.202	31.385	55,8%
São Paulo	187.019	1.029	0,6%	217.260	201.541	92,8%	281.360	242.697	86,3%
Sergipe	4.171	16	0,4%	4.747	4.428	93,3%	6.101	5.497	90,1%
Tocantins	3.359	28	0,8%	3.209	3.117	97,1%	4.263	3.910	91,7%
Ignorado	3.213	56	1,7%	4.929	4.268	86,6%	6.570	4.900	74,6%

No acumulado de janeiro até maio de 2020, foram contabilizados 3.297.396 pedidos de seguro-desemprego, na modalidade trabalhador formal, o que corresponde a um aumento de 12,4% em comparação com o acumulado no mesmo período de 2019 (2.933.894).

Ainda existem sérios obstáculos a serem vencidos para que a economia nacional encontre o caminho da sua recuperação logo após o fim da pandemia. Um deles diz respeito ao fortalecimento dos investimentos. Conforme os resultados das Contas Nacionais Trimestrais divulgadas pelo IBGE, a Taxa de Investimento no País encerrou o primeiro trimestre de 2020 em 15,8%, um patamar muito baixo para o País que ainda precisa fortalecer o seu desenvolvimento.